

FICHA DE RATIFICAÇÃO DE DESPESAS POR INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA DE LICITAÇÃO

ORGANIZAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Dispensa nº 014/FMS/2021.

- Inexigibilidade nº



1 – ENQUADRAMENTO LEGAL: Inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

2 – CONTRATADO: **Marinalva Gomes Barbosa Nogueira**, regularmente inscrita no CPF/MF sob o n.º 126.257.364-53.

3 – OBJETO RESUMIDO: Locação do imóvel situado na **Rua dos Pires, nº 210, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho/PE, CEP. 54.580-620**, destinado ao funcionamento da **Unidade de Saúde da Família Alto dos Pires**.

4 – VALOR CONTRATADO: **O valor mensal do aluguel é de R\$ 2.320,00 (dois mil, trezentos e vinte reais)**, perfazendo o valor total contratual de R\$ 27.840,00 (vinte e sete mil e oitocentos e quarenta reais).

5 – MODALIDADE: Dispensável.

6 – CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.159.4150

7 – NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.36.

8 – RAZÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93):

A solicitação dar-se-á em virtude do Município necessitar firmar contrato de Locação de imóvel, no endereço supramencionado, destinado ao funcionamento da **Unidade de Saúde da Família Alto dos Pires**, através da Dispensa nº 014/FMS/2021, com prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do Contrato. Com fito na documentação necessária apresentada tempestivamente para instrução do processo, e conforme o que preceitua o artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, o qual possibilita a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, mediante avaliação prévia. Diante deste diapasão, constata-se a possibilidade jurídica de contratação por Dispensa de processo licitatório.

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO CONTRATADO (Artigo 26, inciso III, da Lei nº 8.666/93):

O preço contratado é compatível com o valor de mercado, segundo Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica, da lavra do Perito Avaliador Responsável, o **Sr. João Paulo Lins Gouveia Júnior**, regularmente inscrito no CREA sob o n.º 046880 - D, documento este como parte integrante do processo.

10 – PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA nº 137/2021: em anexo

Cabo de Santo Agostinho/PE, 04/10/2021.

Flávia Thalassa

Flávia Thalassa da Silva Barreto
Advogada OAB 36.031 D

11 – RATIFICAÇÃO PELA ORDENADORA DE DESPESAS / AUTORIDADE SUPERIOR:

Ratifica-se, de acordo com o artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c artigo 2º do Decreto Municipal nº 1.564 de 14 de junho de 2017, a presente despesa

Ana Maria C. Albuquerque
Secretária Municipal de Saúde
PMCSA/Mat 22015

Ana Maria Martins César de Albuquerque
Gestora Fundo Municipal de Saúde

Cabo de Santo Agostinho/PE, 04/10/2021.